

JULGADOS

FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA.

[ACÓRDÃO Nº 8964/2019 – TCU – 1ª Câmara.](#)

1.8.1. dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades/falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:
1.8.1.1. a ausência de estudos específicos que estabeleçam quais setores/departamentos se enquadram nos critérios de horário de trabalho flexibilizado, bem como a autorização para flexibilização de jornada de horário de servidores, sem que sejam obedecidos todos os requisitos para concessão do benefício, afrontam o disposto no art. 3º do Decreto 1.590/1995, alterado pelo Decreto 4.836/2003, e também vão de encontro ao disposto na Instrução Normativa 2/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que, considerando a reincidência das falhas apontadas, as próximas contas poderão ser julgadas irregulares, assim como poderão ser aplicadas multas aos responsáveis;

NORMATIVOS

RECESSO DE FINAL DE ANO. [PORTARIA SGP/ME Nº 3.409, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.

CARTEIRA DE TRABALHO e GOVERNO DIGITAL. [PORTARIA SEPT/ME Nº 1.065, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Disciplina a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social em meio eletrônico – Carteira de Trabalho Digital.

SEGURANÇA DO TRABALHO. [PORTARIA SEPT/ME Nº 1.066, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 24 – Condições de Higiene e Conforto nos Locais de Trabalho; [PORTARIA SEPT/ME Nº 1.067, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Altera a redação da Norma Regulamentadora nº 28 – Fiscalização e Penalidades; e [PORTARIA SEPT/ME Nº 1.068, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 03 – Embargo e Interdição.

GESTÃO DE PESSOAS e CAPACITAÇÃO. [INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 201, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de que trata o

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

CESSÃO E REQUISIÇÃO DE SERVIDORES. [PORTARIA SEDGGD/ME Nº 357, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Estabelece as regras e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, como cedente ou cessionária, quando da cessão ou requisição de servidores públicos efetivos, empregados públicos e empregados de empresas estatais, respeitadas as regras especiais constantes de lei ou de decreto nos pontos em que forem incompatíveis e [PORTARIA CONJUNTA SEDGGD-SEF/ME Nº 358, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Regulamenta os limites de reembolso com cessões, requisições e movimentações para compor força de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.

LIDERANÇA e CARGOS COMISSIONADOS. [PORTARIA Minfra Nº 545, DE 4 DE SETEMBRO DE 2019.](#) Define os procedimentos referentes à indicação, seleção, nomeação e designação de ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do Ministério da Infraestrutura e estabelece regra geral de governança para as empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério da Infraestrutura.

ARTIGOS/NOTÍCIAS

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. [Qualidade de vida no trabalho: parâmetros e avaliação no serviço público.](#)

BOLETIM DO TCU. [Boletim de Jurisprudência nº 279.](#)

GESTÃO DE PESSOAS, SIPEC e CONSULTA. [OFÍCIO CIRCULAR SEI Nº 3/2019/CGCAR/ASSES/CGCAR/ DESEN/SGP/SEDGG/ME – Vigência e aplicabilidade da Orientação Normativa SEGEP no 7, de 17 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 seguinte, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais quando da realização de consultas ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos.](#)

BOLETIM DO TCU. [Boletim de Pessoal nº 71.](#)

BOLETIM DO TCU. [Boletim de Jurisprudência nº 281.](#)